

Desafios da Previdência Complementar com a Reforma da Previdência

10/2019



SECRETARIA ESPECIAL DE
PREVIDÊNCIA E TRABALHO

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.previdencia.gov.br

1. O Sistema de Previdência e o Regime de Previdência Complementar
2. O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos
3. A Nova Previdência e os reflexos sobre a Previdência Complementar
4. Opções e Orientações aos Entes Federativos para instituição do RPC

1. **O Sistema de Previdência e o Regime de Previdência Complementar**
2. O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos
3. A Nova Previdência e os reflexos sobre a Previdência Complementar
4. Opções e Orientações aos Entes Federativos para instituição do RPC

Legislação básica do sistema de previdência social

RGPS

Regime Geral de Previdência Social - (art. 201, CF)

Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

RPPS

**Regimes Próprios de Previdência Social (art. 40 E 201, CF)
(servidores públicos)**

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

Política de investimentos: Resolução CMN nº 3.922/2010

RPC

Regime de Previdência Complementar (art. 202, CF)

Leis complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001

Política de Investimentos: Resolução CMN nº 4.661/2018 e Res. 4.444/2017

- *Estatuto dos Militares – Lei 6.880/80*
- *BPC – Lei 8.742/93 (Loas)*

Fundamentos constitucionais do RPC

- **Regime facultativo, autônomo, não integra o contrato de trabalho e baseado na constituição de reservas (Art. 202)**
- Os Entes Federativos devem instituir o RPC, na condição de patrocinador, para poder limitar o valor das aposentadorias e pensões do RPPS ao teto do RGPS (Art. 40, § 14)
- A contribuição normal do Ente Federativo não poderá exceder a do segurado (Art. 202, § 3º)
- É facultado aos antigos servidores dos Entes Federativos poderem aderir ao RPC
- *Apenas EFPC de natureza pública, pode administrar o RPC dos Entes Federativos (Art. 40, § 15) – alterado pela Nova Previdência*

Legislação aplicável

Lei Complementar nº 109/2001

Regras gerais de
funcionamento para o RPC e
específicas para as EFPC e
EAPC e seus planos de
benefícios

Lei Complementar nº 108/2001

Regras específicas para as
EFPC de patrocínio público e
seus respectivos planos

Estrutura de governança
Regras para Dirigentes
Planos de benefícios
Nível de contribuição

Governança

➡ LC 109/2001

“Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por **conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.**

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, **assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.**

§ 2º Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades **qualificadas como multipatrocinadas**, deverá ser considerado o **número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.**

➡ LC 108/2001 - *Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.*

Art. 9º A estrutura organizacional das entidades de previdência complementar a que se refere esta Lei Complementar é constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

Art. 11. A composição do conselho deliberativo, **integrado por no máximo seis membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.**

Comparativo

Informações	EFPC	EAPC
Constituição	Fundação	Sociedade Anônima
Características	S/ fins lucrativo	Em geral, fins Lucrativos
Tipo de Adm	Exclusivamente Planos Coletivos	Planos Coletivos e Individuais
Tipo de Planos	Previdenciários	Previdência e Vida
Acesso	Convênio de adesão	Contrato
Produtos	Plano de Benefícios	PGBL (família), VGBL (família) e FAPI (Lei 9477/97)
Benefícios	Programados e Riscos	Programados e Riscos
Institutos	BPD, Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio	Resgate (parcial e total) e Portabilidade
Investimentos	Resolução CMN 4.661/2016	Resolução CMN 4.444/2017

Quem pode criar planos na EFPC – LC. 109/01

Patrocinadores

- Pessoa jurídica que cria plano de benefício previdenciário para os seus empregados, a ser administrado por uma EFPC
- Tipo de vínculo: empregatício
- **Podem ser patrocinadores:** qualquer empresa ou grupos de empresas e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista

Instituidores

- Pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que cria plano de benefício previdenciário para os seus associados ou membros, a ser administrado por uma EFPC
- Tipo de vínculo: associativo
- **Podem ser instituidores:** conselhos profissionais, entidades de classe, sindicatos, centrais sindicais, cooperativas e associações profissionais, organizações setoriais que congregam Pessoas Jurídicas

Regulação e Fiscalização

Segmento	Regulação *resoluções e recomendações	Fiscalização *IN, circulares e portarias	Instância Recursal *decisões
EAPC	Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP
EFPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc	Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC

- **Os Tribunais de Contas** também têm competência para fiscalizar os Patrocinadores e EFPC, que recebam recursos de natureza pública.

Características gerais da EFPC

- Pessoa jurídica (CNPJ próprio) de direito privado, autônoma e com objetivo exclusivo de administrar **um** ou **mais** planos de benefícios
- Estatuto da EFPC: define a estrutura administrativa, cargos e/ atribuições, além da forma de funcionamento da entidade
- **As responsabilidades das EFPC não se confundem com as das patrocinadoras e as responsabilidades das patrocinadoras são independentes, não se confundem entre elas e não existe a obrigatoriedade de solidariedade.**
- O patrimônio administrado pela EFPC não se mistura com o dos patrocinadores
- O patrimônio administrado é segregado por Planos de Benefícios (CNPB) e Plano Administrativo (PGA) e não se comunicam. A partir de 2020 os planos terão CNPJ próprio.
- Pode sofrer Intervenção ou Liquidação Extrajudicial

Das obrigações das EFPC

- Gerir o plano e aplicar o Regulamento
- Concessão, cálculo e pagamento de benefícios
- Controle de contribuições e saldos de participantes
- Aplicação do recursos
- Encaminhar informações para a Previc e disponibilizar aos Participantes e Assistidos:
 - Balancete, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e de Investimentos
 - Avaliação Atuarial e Demonstrativo População e Benefícios
 - Auditoria Independente
 - Outras informações (Cadastro da EFPC e dirigentes)

Características gerais dos planos de benefícios

- Definição: Planejamento previdenciário que o patrocinador faz para seus empregados ou o instituidor faz para seus associados
- Todo plano tem um CNPB, um Regulamento e Nota Técnica Atuarial – NTA (demonstração das **premissas ou hipóteses atuariais** utilizadas na estruturação do Plano de Benefícios)
- Tipos de benefícios oferecidos:
 - Benefícios programados: Existe a previsão de sua concessão (ex: Aposentadoria por idade ou tempo de contribuição)
 - Benefícios de risco ou não programado (podem ser terceirizados): Não existe a previsão de sua concessão. (ex: Invalidez e Pensão)
- Institutos: Resgate, BPD, Autopatrocínio e Portabilidade

Tratamento da Inadimplência

LC 109/2001

Art. 58. No caso de liquidação extrajudicial de entidade fechada **motivada pela falta de aporte de contribuições de patrocinadores ou pelo não recolhimento de contribuições de participantes**, os **administradores daqueles também serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados**.

Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente **pelos danos ou prejuízos que causarem**, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. **São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores** ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Tratamento da Inadimplência

DECRETO Nº 4.942, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003

Da Responsabilidade pela Falta de Aporte das Contribuições pelo Patrocinador

Art. 62. **Os administradores do patrocinador** que não efetivarem as contribuições normais e extraordinárias a que estiver obrigado, na forma do regulamento do plano de benefícios ou de outros instrumentos contratuais, **serão solidariamente responsáveis com os administradores das entidades fechadas de previdência complementar**, a eles se aplicando, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 109, de 2001, especialmente o disposto nos seus arts. 63 e 65.

§ 1º **A inadimplência a que se refere o caput deverá ser comunicada formal e prontamente pelo Conselho Deliberativo à Secretaria de Previdência Complementar.**

§ 2º **No prazo de noventa dias do vencimento de qualquer das obrigações citadas no caput deste artigo, sem o devido cumprimento por parte do patrocinador, ficam os administradores da entidade fechada de previdência complementar obrigados a proceder à execução judicial da dívida.**

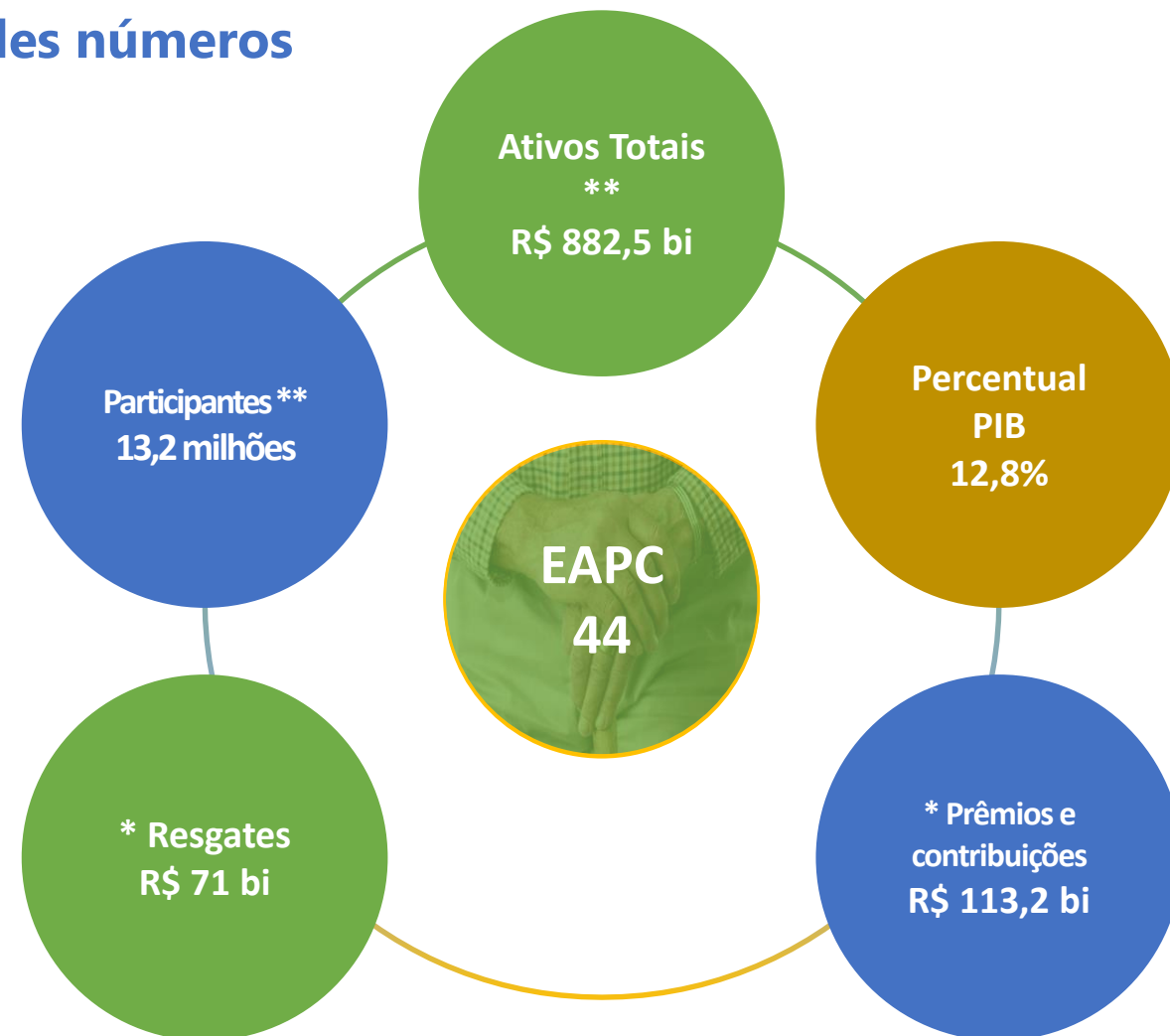
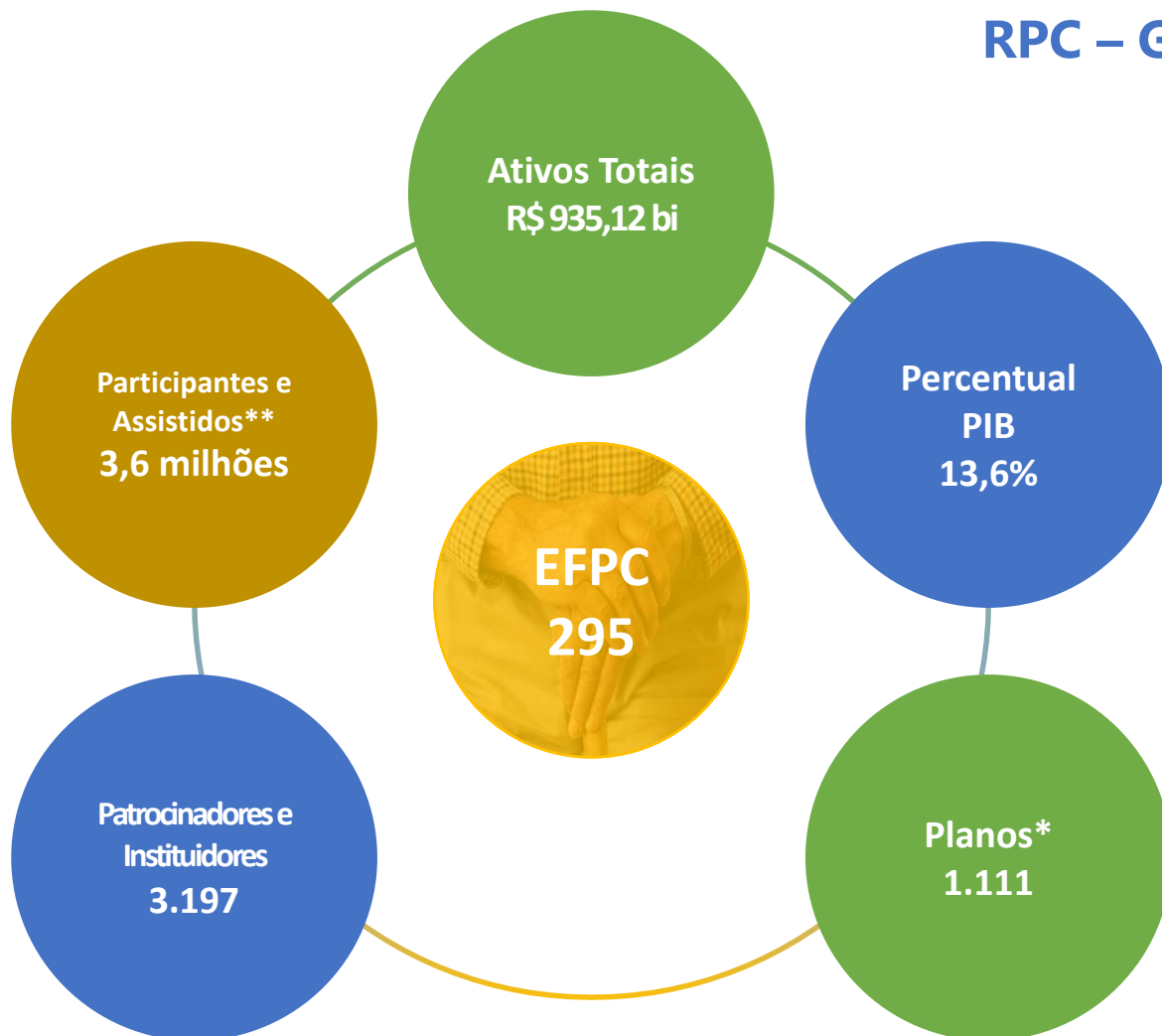
.....

Art. 99. **Deixar de promover a execução judicial de dívida do patrocinador de plano de benefícios de entidade fechada de previdência complementar, nos termos do art. 62 deste Decreto.**

Segregação Patrimonial

- A Resolução CNPC 31/2018 – que estabelece a adoção do CNPJ por Plano - avançou no fortalecimento da independência patrimonial dos planos e modernizou o arcabouço regulatório do sistema de previdência complementar fechado;
- A proposta contribui para mitigar o risco jurídico da determinação judicial de utilização de recursos de um plano de benefícios para outros administrados pela mesma entidade.
- Também facilita a operacionalização jurídica no caso de reorganizações societárias dos planos (cisão, fusão, incorporação e transferência de gerenciamento).
- A norma está alinhada às alterações promovidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018, que, ao dispor sobre as diretrizes de aplicação de recursos garantidores dos planos de benefícios, previu o registro individualizado e identificado por plano dos ativos financeiros em sistemas de custódia

RPC – Grandes números



Fonte: Previc / Maio 2019 Elaboração: CGEAC/SURPC

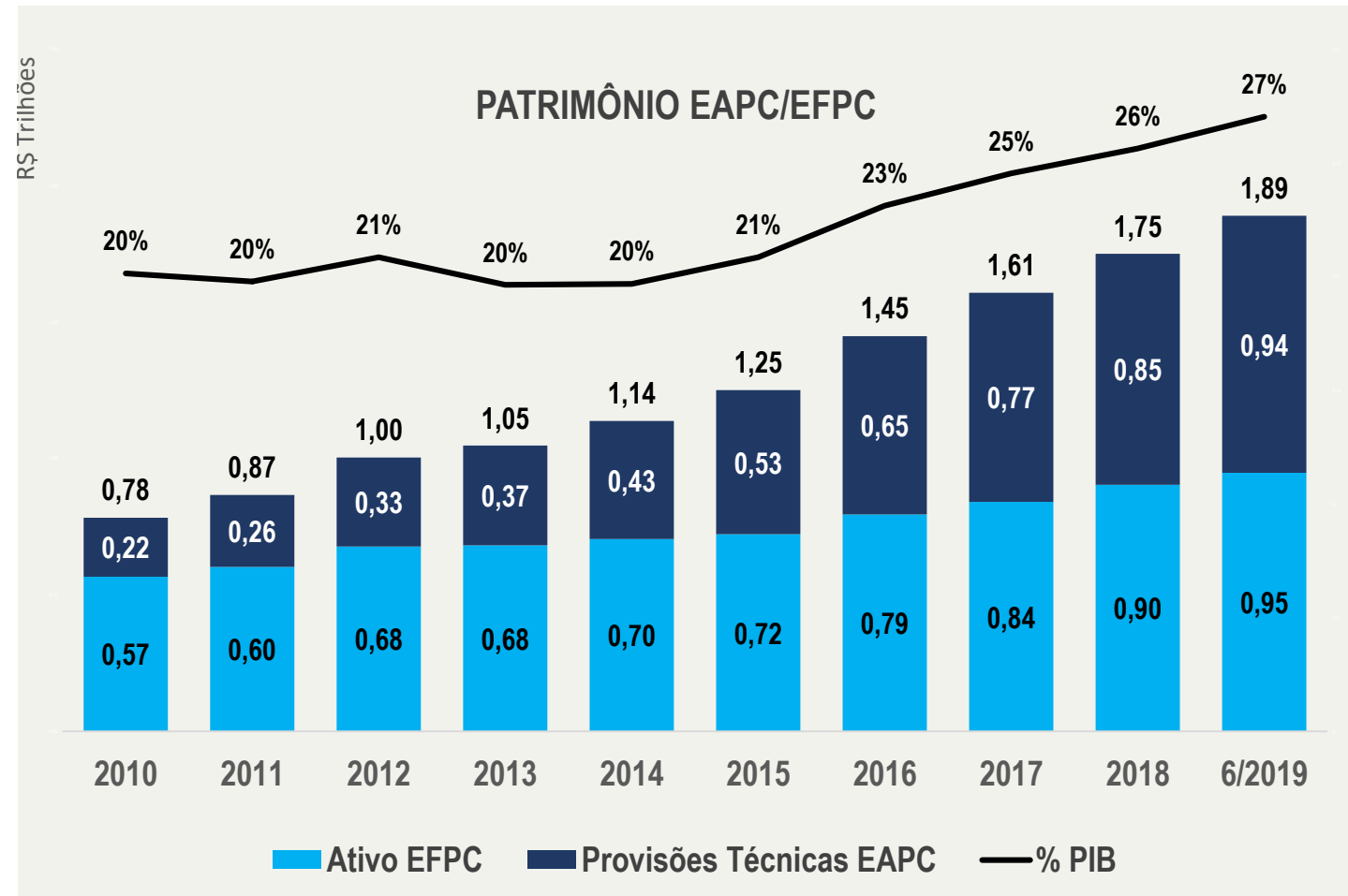
* Inclui planos assistenciais
** Dados de dezembro de 2018

Fonte: Susep / Maio 2019 Elaboração: CGEAC/SURPC

* Dados Susep (acumulado nos últimos 12 meses) ** Dados Fenaprevi / Maio 2019
Nota: Resgate parcial R\$ 39,5 bilhões (acumulados nos últimos 12 meses)
Resgate total R\$ 31,5 bilhões (acumulados nos últimos 12 meses)

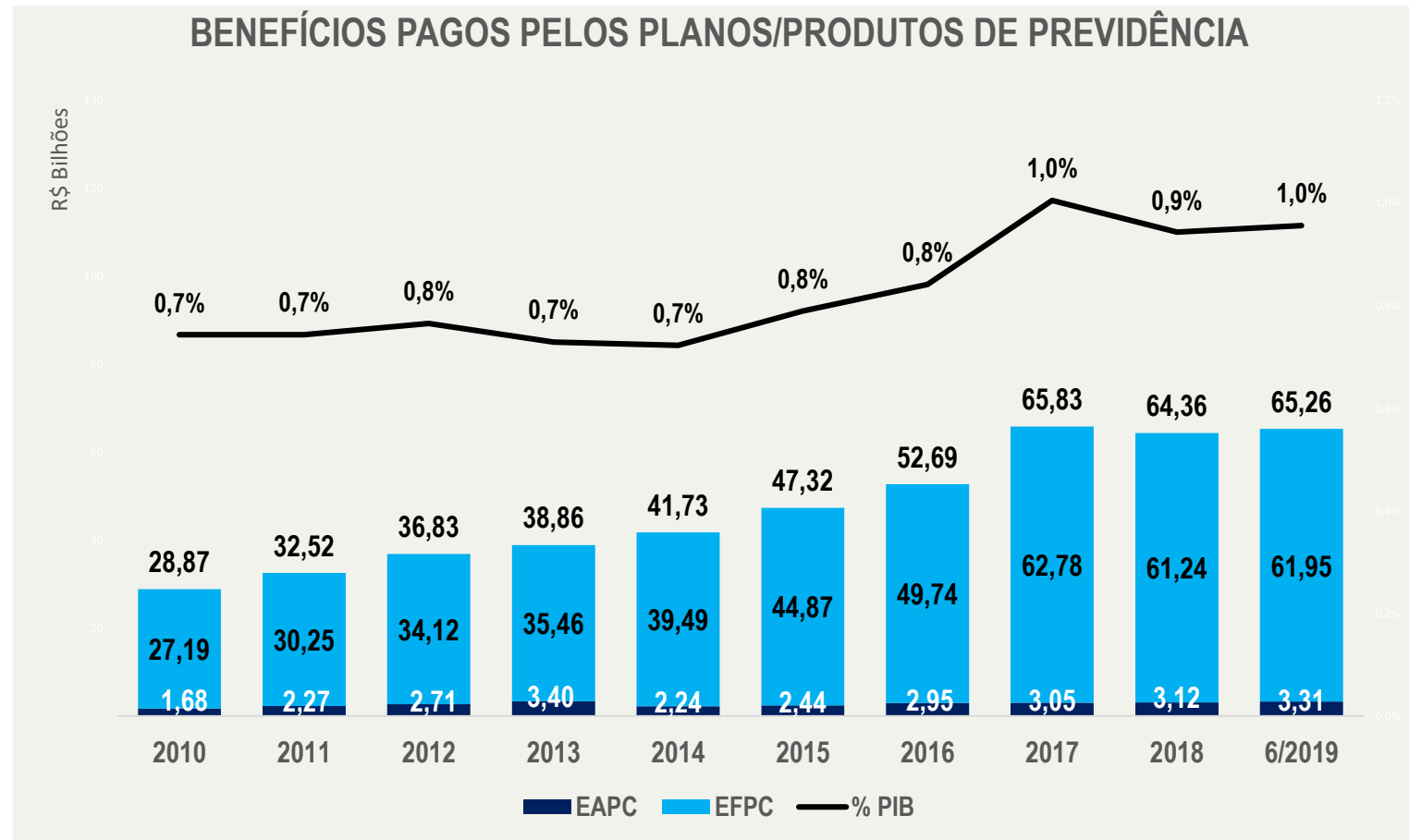
Patrimônio EFPC/EAPC

- O patrimônio do RPC apresentou crescimento de R\$1,11 trilhão nos últimos 10 anos.
- Para as EAPC, o crescimento foi de R\$0,72 trilhão.
- As EFPC, por seu turno, cresceram aproximadamente R\$0,38 trilhão



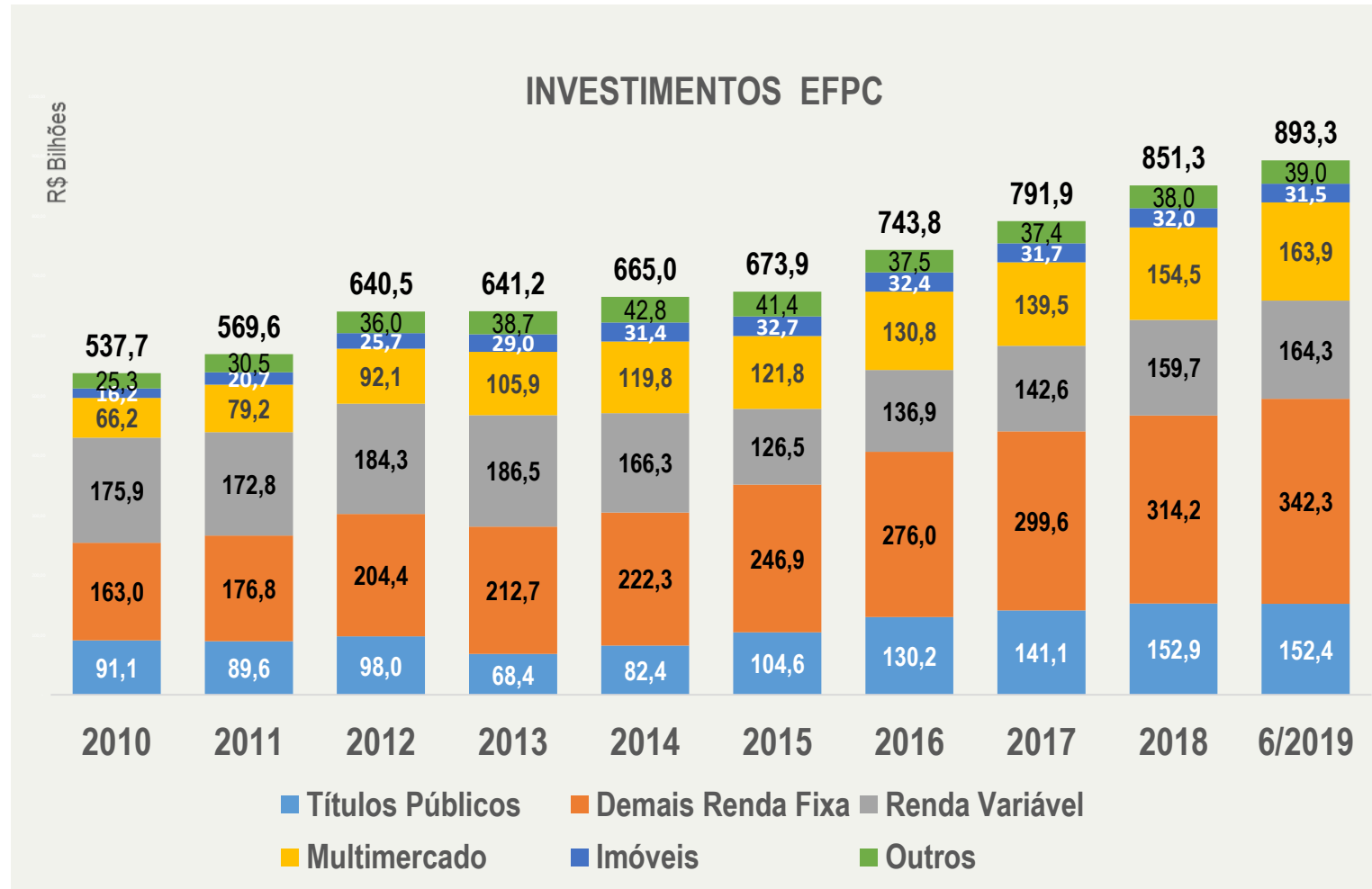
Benefícios pagos pelas EFPC/EAPC

- A previdência complementar paga, anualmente, cerca de R\$65 bilhões em benefícios
- Desse total, 95% são pagos pelas EFPC e 5% são pagamentos oriundos de planos comercializados pelas EAPC.



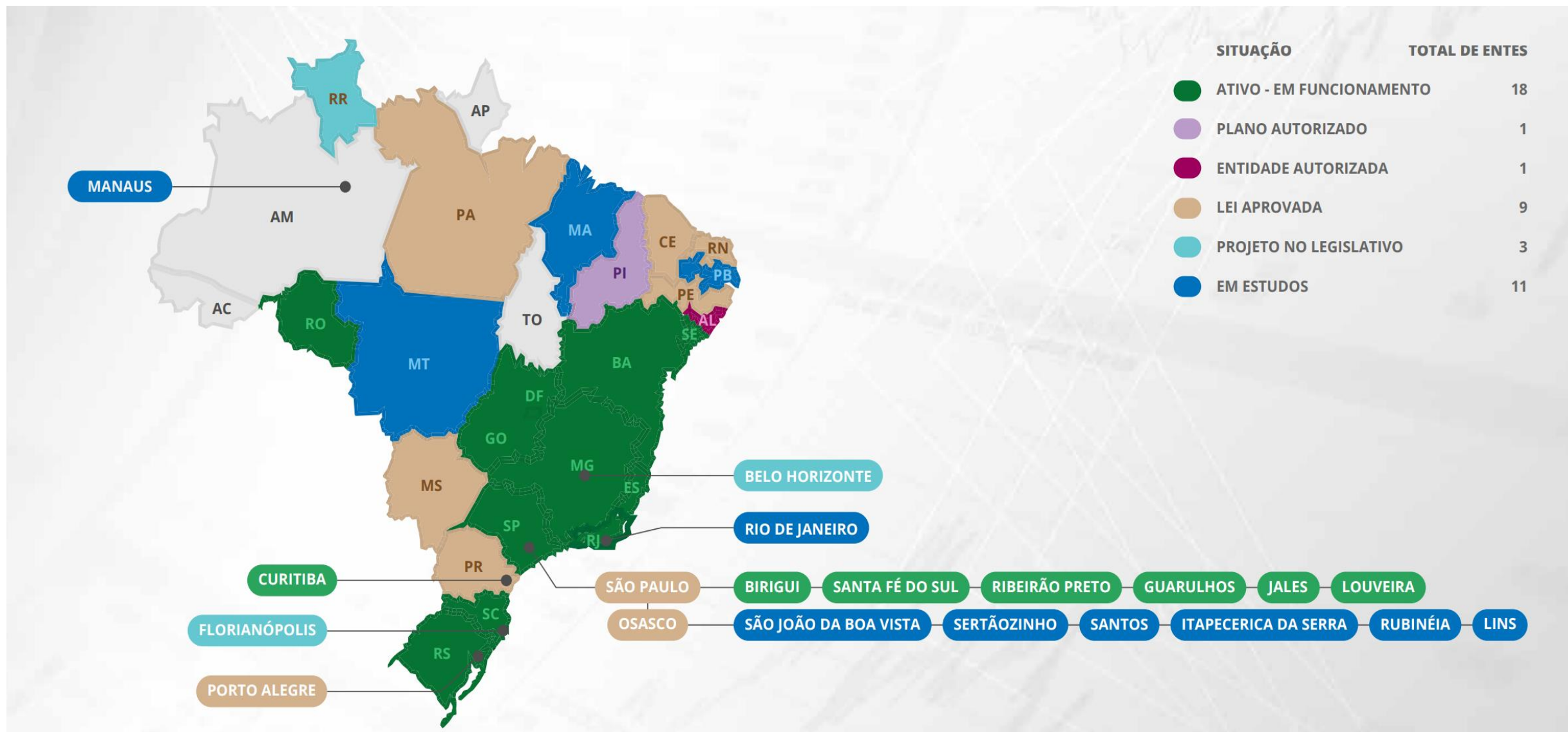
Investimentos EFPC

Cerca de 17% são aplicados em Títulos Públicos, 38% em outras modalidades de Renda Fixa, cerca de 18% em Renda Variável e outros 18% em multimercado e, por fim, cerca de 9% são investimentos em imóveis e outros.



1. O Sistema de Previdência e o Regime de Previdência Complementar
- 2. O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos**
3. A Nova Previdência e os reflexos sobre a Previdência Complementar
4. Opções e Orientações aos Entes Federativos para instituição do RPC

Cenário Atual



O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos

Evolução da Previdência Complementar dos servidores públicos da União, Estados, DF e Municípios							
Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Mai 2019
Patrimônio (R\$ milhões)	160,00	410,00	770,00	1.280,00	1.960,00	3.100,00	3.770,00
Patrocinadores	324	330	343	364	371	385	391
Planos	7	8	10	13	14	19	21
Participantes Ativos	8.522	26.780	46.088	44.335	86.978	114.782	
Aposentados	-	-	-	4	269	299	
Pensionistas	3	3	6	11	21	42	

EFPC instituídas por Entes Federativos

EFPC	Legislação	Patrimônio (maio/19)	Participantes ativos (dez/18)	UF	Previsão
RJ Prev	Lei nº 7.628/2017	75.805.767,29	2217	RJ(*)	Próprios municípios
Preves	Decreto 3.395-R/2013	51.701.056,24	3432	ES	
RS Prev	Lei nº 15.072/2015	20.993.460,49	612	RS	
SC Prev	LC nº 15.072/2015	7.926.609-34	274	SC	
AL-PREV	LC nº 44/2017	-	-	AL(*)	Somente o Estado
PREVCOM-MG	LC nº 132/2014	9.715.384,71	381	MG	
DF-PREVICOM	LC nº 932/2017	12.715.033,45	274	DF(*)	Municípios do entorno
SP Prevcom	Lei nº 16.675/2018	1.239.462.438,97	23577	SP(*)	Todos os entes
PrevNordeste	Lei nº 13.222/2015	12.170.748,52	465	BA	
Prevcom-BRC	Lei nº 19.636/2017	3.866.319,75	101	GO	
Curitiba Prev	Lei nº 15.075/2017	1.977.742,18	0	PR(*)	
FUNPRESP- EXE(**)	Lei nº 12.618/2012	1.853.363.330,02	69201	União (Executivo e Legislativo) (*)	
FUNPRESP-JUD	Lei nº 12.618/2012	483.812.896,36	14602	União (Judiciário)	-

(*) Inscrição automática

(**) PL 6.088/2016 em tramitação

EFPC criada por ente federativo

(PATROCINADOR PÚBLICO)

A EFPC é autônoma, de natureza pública, tem personalidade jurídica própria, não possui finalidade lucrativa e seu patrimônio não se mistura com o dos Patrocinadores (§ 15 do art. 40 da CF)

Aplica-se a lei de licitação e contratação de funcionários por meio de concurso público. Servidores podem ser requisitados

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA:
Conselho Deliberativo
(6 membros);
Conselho Fiscal
(4 membros) e
Diretoria Executiva.

Plano de benefícios
na modalidade de
Contribuição
Definida

A contribuição do patrocinador não poderá exceder a do participante

1. O Sistema de Previdência e o Regime de Previdência Complementar
2. O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos
- 3. A Nova Previdência e os reflexos sobre a Previdência Complementar**
4. Opções e Orientações aos Entes Federativos para instituição do RPC

Alterações nos Artigos 40 e 202 da CF

Propostas	Atual	Texto Aprovado – Nova Previdência
RPC para RPPS	Facultativo	Obrigatório
Prazo para criação	-	Máximo de 2 anos
Quem pode administrar	EFPC (Natureza Pública)	EFPC e EAPC (Sem Licitação)

* Necessidade de Lei Complementar para EAPC administrar plano de benefício. Art. 33 da PEC 06-G/ 2019

Constituição Federal - art.40

- § 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **desde que instituem regime de previdência complementar** para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, **poderão fixar**, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, **o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social** de que trata o art. 201.

Nova Previdência

- § 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo**, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

Constituição Federal - art.40

- § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, **no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública**, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

Nova Previdência

- § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e **será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar**.
 - * Prazo máximo de 2 anos para instituição. § 6º do Art. 9º.
 - * Necessidade de Lei Complementar para entidade aberta administrar plano de benefícios de Ente Federativo.
- Art.34

Alterações no Regime de Previdência Complementar

Constituição Federal - o art.202

- **§ 4º** Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras **de entidades fechadas de previdência privada**, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

Nova Previdência

- **§ 4º** Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, **enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.**

Potencial

- Quantidade de RPPS: 2.139;
- Potencial de curto prazo do RPPS de Subnacionais:
 - Nr de servidores com menos de 40 anos e salários acima do teto do INSS: 166,6 mil;
 - Volume de contribuições: cerca R\$ 1,5 bilhões / ano.
- Potencial de longo prazo do RPPS de Subnacionais:
 - Nr de servidores com salários acima do teto do INSS : 621,8 mil;
 - Volume de contribuições: cerca R\$ 6,5 bilhões/ ano.

Curto Prazo:

Qt: 12.079

R\$ 118.907.141

Longo Prazo:

Qt: 36.135

R\$ 455.261.873



Curto Prazo:

Qt: 18.070

R\$ 184.492.446

Longo Prazo:

Qt: 77.712

R\$ 872.265.031

Curto Prazo:

Qtde: 39.381

R\$ 316.094.647

Longo Prazo:

Qt: 120.021

R\$ 1.150.552.962

Curto Prazo:

Qt: 61.151

R\$ 549.402.041

Longo Prazo:

Qt: 269.705

R\$ 2.796.341.087

Curto Prazo:

Qt: 35.910

R\$ 336.641.036

Longo Prazo:

Qt: 118.240

R\$ 1.342.284.587

Fonte: RAIS/2017

Preparado por: CGEAC/SURPC

- Quantidade de Municípios: 105
- Total de Entes do MT: 106 (105 + 1 Estado)



	Nr de Entes	Quantidade de servidores
RPPS com nenhum servidor com salário superior ao teto	15	113.963
RPPS com algum servidor com salário superior ao teto	91	30.591
RPPS com no mínimo 1 e no máximo 10 servidores com salários superiores ao teto	47	176
RPPS com no mínimo 11 e no máximo 100 servidores com salários superiores ao teto	35	985
RPPS com no mínimo 101 e no máximo 1000 servidores com salários superiores ao teto	8	2.056
RPPS com mais de 1000 servidores com salários superiores ao teto	1	27.374

Fonte: RAIS 2018

Servidor Público do RPPS

 <p>Entes com servidores acima do teto. Obrigatória a instituição de Lei e Convênio de Adesão em dois anos.</p>	 <p>Instituiu (Lei)</p> <ul style="list-style-type: none">● Formaliza convênio de adesão com EFPC● Regular● Não formaliza convênio de adesão com EFPC● Inadimplência com os repasses do Ente● Não é aceito (sem CRP)
	 <p>Não instituiu (Lei)</p>
 <p>Entes sem servidores acima do teto. Obrigatória a instituição de Lei em dois anos.</p>	 <p>Instituiu (Lei)</p> <ul style="list-style-type: none">● Adere a EFPC (sem aporte)● Não adere a EFPC
	 <p>Não instituiu (Lei)</p>

Sanções da LRP

1. O Sistema de Previdência e o Regime de Previdência Complementar
2. O Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos
3. A Nova Previdência e os reflexos sobre a Previdência Complementar
4. **Opções e Orientações aos Entes Federativos para instituição do RPC**

Vantagens do RPC

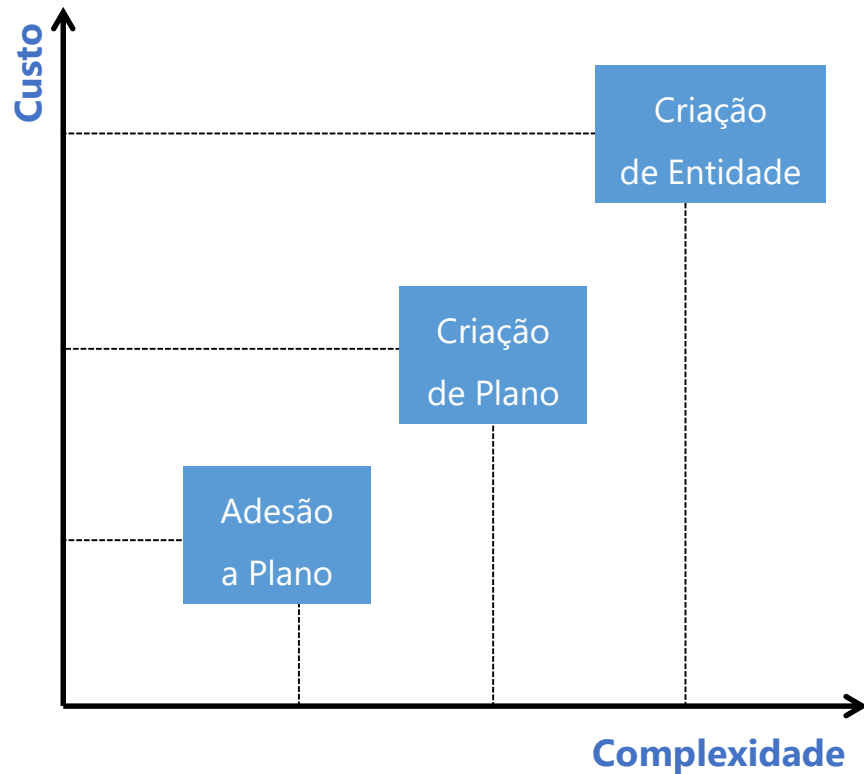
Para o ENTES:

- ➡ Desvincular o valor da remuneração dos servidores em atividade dos proventos de aposentadorias no RPPS
- ➡ Estabelecer o teto do INSS para o RPPS e Diminuir as despesas futuras com o RPPS
- ➡ Reduzir os riscos futuros associados ao modelo exclusivamente de repartição
- ➡ Impacto positivo nas contas públicas no médio e longo prazo;
- ➡ Possibilitar o aumento de recursos para outras áreas como educação e saúde

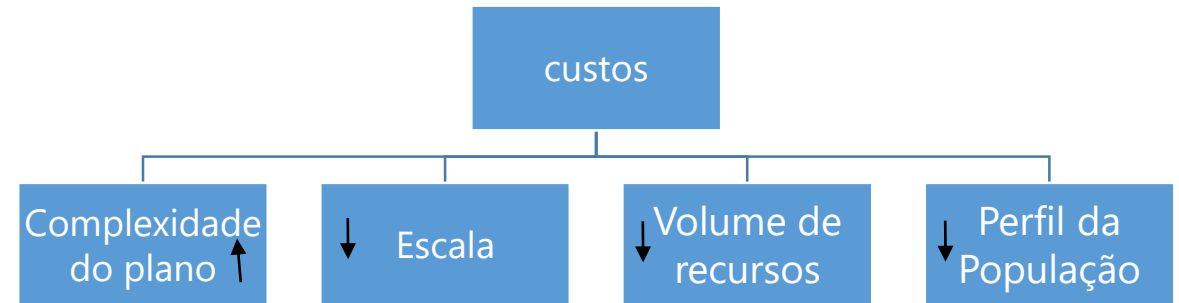
Para o servidor:

- ➡ Possibilitar a manutenção do nível de renda da ativa
- ➡ Diversificação das fontes de pagamento do benefícios: RPPS + RPC
- ➡ Equidade - contribuições dos participantes e patrocinadora são vertidas para conta individual
- ➡ Potencial de rentabilidade— investimentos em renda fixa, renda variável e outros
- ➡ Possibilidade de acompanhar e controlar o saldo e a rentabilidade de sua conta
- ➡ Possibilidade de cobertura de benefícios não programados

Criação de Entidades e Planos de Fechadas de Previdência Complementar



Fatores determinantes dos custos



- Planos com custeio administrativo elevado, especialmente no curto prazo, podem levar a inviabilidade de implantação e manutenção.
- Elevados custos para os participantes tem o potencial de comprometer a sua formação de reserva. 1% de taxa de administração em 40 anos pode reduzir a renda de aposentadoria em 20% (IOPS -2018).

Opções para a instituição do RPC – Ente Federativo

1. Adesão a Plano

- Convênio de Adesão (Resolução CGPC nº 08/2004)

2. Criação de Plano

- Regulamento (Resolução CGPC nº 08/2004)
- Avaliação e Nota Técnica Atuarial (Resolução CGPC nº 08/2004)

(+) Adesão a Plano

3. Criação de Entidade

- Estatuto (Resolução CGPC nº 08/2004)
- Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal, Pessoal, Sistemas, Contabilidade, Atuário, Financeiro e Auditoria.
- (+) Adesão a Plano (+) Criação de Plano

Recomendação: Aderir a um plano multipatrocinado em uma Entidade já existente e, após amadurecimento do plano, avaliar a criação de entidade/plano e transferência de gerenciamento dos recursos.

EFPC multipatrocinada

- **Caraterísticas:**

- Administra vários Planos com independência patrimonial
- Um Plano por Ente ou Um plano para vários Entes (Escala)
- Responsabilidades dos patrocinadores continuam sendo independentes

- **Vantagens para Patrocinadora:**

- Sem custo de criação de uma EFPC (estrutura física, conselhos e diretoria, sistemas, pessoal especializado e serviços)
- Melhor viabilidade do projeto de previdência complementar
- Realização de todas as atividades gerenciais, administrativas e operacionais
- **Maior agilidade na instituição do RPC**
- Custos Administrativos rateados
- Ganhos de escala na administração dos ativos e despesas administrativas
- Possibilidade do Ente Federativo, a qualquer momento, criar sua própria EFPC

Estudo para instituição do RPC

- Constituir grupo de trabalho
- Conhecer a legislação e EFPC em funcionamento (estrutura, sistemas e serviços, custos e custeio administrativo)
- Realizar estudo da massa de servidores, englobando o Executivo, Legislativo e Judiciário (idade, sexo, cargo, dependentes remuneração, política salarial)
- Definir as questões em relação ao Plano de Benefício:
 - Público-alvo
 - Extensão do plano aos atuais servidores (condições e incentivos)
 - Tipos de coberturas a serem oferecidos (tempo de serviço, idade, invalidez, pensões)
 - Base do salário de contribuição e de benefício do participante (salário, função e gratificação)
 - Definir o limite máximo de contribuição da Patrocinadora
- Realizar estudo de viabilidade para adesão ou criação de plano e de EFPC

Custos Administrativos

Tabela 7 - Média de despesas *Per Capita*, média % de despesas sobre ativo total e média das despesas sobre receita.

Grupos de EFPC	Classificação por Ativo Total (R\$)	Média Aparada Despesas Per Capita	Média Aparada % Despesas sobre o Ativo Total	Média Aparada Despesas sobre Receita
Grupo E	Até 100 milhões	2.133	2,35%	1,06
Grupo D	100 a 500 milhões	1.145	0,97%	1,06
Grupo C	500 milhões a 2 bilhões	1.554	0,60%	1,03
Grupo B	2 a 15 bilhões	1.355	0,45%	1,08
Grupo A	Acima de 15 bilhões	1.755	0,30%	1,28
TOTAL		1.465	0,82%	1,06

Tabela 8 - Média aparada de despesas *Per Capita*, de acordo com a quantidade de participantes das entidades.

Grupos de EFPC	Até 1.000 Participantes	De 1.000 até 5.000 Participantes	Acima 5.000 Participantes	TOTAL
Grupo E	2.858	844	-	2.133
Grupo D	2.568	1.230	377	1.145
Grupo C	6.155	1.867	886	1.554
Grupo B	-	3.118	1.130	1.355
Grupo A	-	-	1.755	1.755
TOTAL	3.860	1.765	1.037	1.465

- O Relatório da PREVIC apontou que o percentual de despesas administrativas sobre o ativo total registra redução à medida que o porte das entidades aumenta, sugerindo um processo de ganho de escala nas operações.
- A relação “Despesa sobre Receita” superior a 1 denota que parte das despesas estão sendo custeadas, além das contribuições de participantes, assistidos e patrocinadores, por outras fontes de custeio, tais como reversão de fundo administrativo existente, resultados dos investimentos e outras receitas administrativas, nos termos da Resolução CGPC 29, de 2009

Orientações para elaboração do projeto de lei

- Dotação orçamentária para as despesas de implantação do RPC
- Previsão de adesão ou criação de EFPC
- Previsão de novas Patrocinadoras, no caso de criação de EFPC ou Plano Multipatrocinado
- Definir público abrangido pelo Plano: detentores de mandato eletivo, membros dos Poderes, servidores de autarquias e fundações, tribunais de contas e defensorias, cargos de confiança, professores, polícia e bombeiros
- Benefícios mínimos: programados e de riscos
- Previsão de terceirização de risco
- Migração do Regime para os antigos servidores
- Percentual máximo de contribuição da Patrocinadora
- Forma de repasse das contribuições

CNPC -Grupo de Trabalho – Entes Federativos

Escopo:

- Aspectos alterados pela Nova Previdência que necessitam de regulamentação do CNPC ou proposição legislativa;
- Colher experiência e sugestões com as Entidades de Natureza Pública (Funpresp, Prevcom, PrevNordeste, Conaprev e Atricon)
- Orientação aos entes federativos
- **Minuta de Projeto de Lei para a Instituição do RPC**

Temas:

- Critérios de viabilidade operacional
- Regulamento e estatuto padrão
- **Cartilha de orientações**
- Tratamento da inadimplência
- Forma de Adesão

Da forma de Inscrição dos Servidores

- De maneira a preservar a proteção previdenciária recomenda-se incluir algum mecanismo “automático” de inscrição dos servidores:
- Um primeiro seria o modelo pelo qual o Ente estabeleça como **requisito para a posse** (ingresso no serviço público) a apresentação de formulário com a expressa opção pela adesão ou não ao Regime. **O formulário de opção deve ser retirado diretamente junto à EFPC.**
- Outra opção, seria estabelecer na Lei de Instituição a **adesão automática** dos servidores que ingressarem na administração a partir da data de vigência da Lei do RPC do Ente e com remuneração acima do teto estabelecido, **assegurando o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição.** (modelo no PL opcional)
- **Independentemente da forma de inscrição, o estabelecimento de programa de educação previdenciária é fundamental para o sucesso da implantação.**

Do patrocinador

- A recomendação é que um único patrocinador represente o Ente perante a Entidade de Previdência, para otimizar o relacionamento e a representação junto a EFPC.
- No entanto, caso o Ente opte pela definição de diferentes patrocinadores, a orientação seria a definição de um único representante para fins de alterações de estatuto, regulamento e transferência de gerenciamento.”

Do participante

- Como participantes obrigatórios que fazem jus à contrapartida do patrocinador, devem ser incluídos os membros e servidores efetivos com salários acima do teto a partir da entrada de vigência do RPC.
- Para os servidores que recebam abaixo do limite máximo estabelecido pelo RGPS, recomenda-se que seja facultada a sua participação no Regime de Previdência Complementar, sem contrapartida do patrocinador e cuja base de cálculo seria definida em regulamento.

Procedimento de Contratação

- Foram realizadas reuniões com os representantes dos TC, PGFN e TCU a fim de ampliar o debate e entendimento sobre o tema.
- A discussão realizada sobre o tema carece de parecer jurídico definitivo e centrou-se em alguns aspectos:
 - As leis de regência são as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, que tipificam a relação jurídica estabelecida entre EFPC e Patrocinadores **enquanto uma relação de convênio, onde há convergência de interesses ao fim comum.**
 - O art. 13 da LC 109/2001 determina que para que seja possível o ingresso em um plano, os patrocinadores deverão formalizar a sua adesão ao plano de benefícios, **mediante Convênio de Adesão ao plano.**
 - A relação estabelecida entre uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e seus patrocinadores não parece se enquadrar no conceito de contrato administrativo cuja disciplina pertence à Lei 8.666/93, a Lei das Licitações, tendo em vista:
 - i) a disciplina específica cedida por legislação complementar;
 - ii) a natureza dessa relação jurídica; e
 - iii) a natureza do patrimônio afetado à poupança previdenciária.

Procedimento de Contratação

- Nos debates realizados, **há unanimidade pela orientação de que o Ente estabeleça procedimento seletivo** que atenda aos princípios constitucionais que assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes e que contemplem exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia da boa prestação de gestão dos planos de benefícios.
- Sendo assim, recomenda-se a constituição documentação que contenha motivação acerca dos parâmetros mínimos do processo de escolha.
- **O Ente Federativo deve consultar previamente o seu Tribunal de Contas para a certificação desse entendimento.**
- Caso Rondônia – Manifestação TCE e CGE afastando a necessidade de procedimento licitatório;

Parâmetros técnicos mínimos a serem observados na escolha da Entidade

Experiência da entidade:

Governança, Gestão de Riscos/Controles internos

Como se dará a representação do Ente
Existência de Comitês dos Planos
Processo Decisório de Investimentos

Porte/escala:

Patrimônio, quantidade de planos
participantes e patrocinadoras
Experiência em planos CD

Custeio e Ponto de equilíbrio da entidade

A entidade está no caminho para o
alcance de seu ponto de equilíbrio?
Processo Estabelecido na Entidade

Transparência:

informações e canais fornecidos aos
patrocinadores e participantes

Equipe e estrutura técnica

Características do Plano oferecido:

Modelagem do plano e benefícios de riscos

Características do plano e existência dos benefícios
de risco (gestão interna ou terceirizada)

Taxa de administração e carregamento

Plano de custeio do plano

Política de investimentos do plano

Custo para implementação do Plano (Aporte Inicial)

Regulamento e seus procedimentos de alteração

Serviços:

Estratégias de divulgação e procedimentos de inscrição

Canais acessíveis de atendimento ao participante

Compatibilidade de sistemas Patrocinadora e Entidade



Coletânea Completa de Normas do Setor

Atualizada trimestralmente - até Set/2019

Disponível no site da Previdência Social –
seção de Previdência Complementar –
Legislação :

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar/legislacao-previdencia-complementar/>



<https://www.escolavirtual.gov.br>



- 1 Série histórica de 10 anos, com maior nível de granularidade das informações
- 2 Visão geral do RPC
- 3 Acompanhamento da evolução da previdência complementar dos entes da federação
- 4 Decomposição por segmento aberto e fechado



Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-complementar/>

Obrigada!

Marcia Paim Romera

Coordenadora-Geral de Diretrizes e Políticas de Previdência
Complementar

sppc.coarg@previdencia.gov.br



APOIO:



REALIZAÇÃO:

